

# FINANCIAMENTO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL<sup>1</sup>

FRANCELINE RODRIGUES SILVA<sup>2</sup>

JOSÉ EUSTÁQUIO DE BRITO<sup>3</sup>

---

## Resumo

O presente artigo sistematiza contribuições acadêmicas relacionadas à temática do financiamento educacional e valorização do professor de educação infantil nos trabalhos apresentados na Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd (2010–2015) e nos Encontros da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – Fineduca (2014–2015). Esse exercício de análise, ainda que preliminar, evidencia que há poucas investigações que se debruçam exclusivamente sobre a valorização do magistério e o financiamento educacional na educação infantil. As reflexões existentes chegam a apontar para a desvalorização docente no Brasil e, quando detidas ao quadro docente da educação infantil, ressaltam para os piores rendimentos salariais, a pouca perspectiva de formação e de carreira e o baixo padrão de financiamento na primeira etapa da educação básica, sinalizando, portanto a necessidade de investimento em pesquisas nesse campo.

**Palavras-chave:** Financiamento educacional; Valorização do magistério; Educação infantil; ANPEd; Fineduca.

## EDUCATIONAL FUNDING AND VALUATION OF THE EARLY CHILDHOOD EDUCATION TEACHER

### Abstract

This article systematizes the academic contributions regarding the thematic of educational funding and appreciation of early childhood education teachers in the papers presented at the National Meeting of the National Association of Graduate Studies and Research in Education – ANPEd (2010–2015) and at the Meetings of

---

1 O presente artigo foi apresentado no IV Encontro Fineduca (2016) e, posteriormente, deverá ser publicado nos anais do evento.

2 Mestranda em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

3 É membro do quadro docente permanente do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Educação e Formação Humana, da FaE-UEMG. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação e Relações Étnico-Raciais (Neper) da FaE-UEMG. Eleito para ocupar o cargo de vice-reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais para a gestão 2014–2018. Integra o quadro dirigente da Associação Profissionalizante do Menor (Assprom), onde exerce o cargo de vice-presidente da entidade.

the National Association for Research on Educational Funding – Fineduca (2014 and 2015). This exercise of analysis, although preliminary, shows that there are few studies focusing exclusively on promoting teaching and educational funding in early childhood education. Existing reflections point out a teaching devaluation in Brazil and when comparing teaching staff of early childhood education with others it is possible to highlight the worst wage income, low expectation in training and in career possibilities and low funding standards in the first stage of basic education, therefore, signaling, the need of investments in research in this field.

**Keywords:** Educational funding; Teachers' appreciation; Early childhood education; ANPED; Fineduca.

## *FINANCIAMIENTO EDUCACIONAL Y VALORIZACIÓN DOCENTE EN LA EDUCACIÓN INFANTIL*

### **Resumen**

El presente artículo sistematiza contribuciones académicas relacionadas con la temática de la financiación educativa y valorización del profesor de educación infantil en los trabajos presentados en la Reunión Nacional de la Asociación Nacional de Postgrado e Investigación en Educación – ANPEd (2010–2015). En los Encuentros de la Asociación Nacional de Postgrado este ejercicio de análisis, aunque preliminar, evidencia que hay pocas investigaciones que se centraba en la valorización del magisterio y la financiación educativa en la educación infantil. Las reflexiones existentes llegan a apuntar a la desvalorización docente en Brasil y cuando se detienen al cuadro docente de la educación infantil resaltan para los peores rendimientos salariales, poca perspectiva de formación y de carrera y bajo patrón de financiamiento de la primera etapa de la educación básica, señalando, por lo tanto, necesidad de inversión en investigaciones en ese campo.

**Palabras clave:** Financiamiento educacional; Valorización del magisterio; Educación infantil; ANPEd; Fineduca.

---

## **1 Introdução**

A educação constantemente ocupou um papel central, sendo associada nos discursos como peça-chave para o alcance do desenvolvimento econômico das nações (TEIXEIRA, 2009). Para além do aspecto econômico, a educação e especificamente o trabalho docente, “também tem papel central do ponto de vista político e cultural. O ensino escolar há mais de dois séculos constitui a forma dominante de socialização e de formação das sociedades [...]” (GATTI; BARRETO, 2009, p. 15).

Porém, se por um lado é consenso o reconhecimento do papel do professor para o alcance de uma educação de qualidade, por outro lado, estudos na área

de valorização do magistério, como os de Alves e Pinto (2011a), Barbosa (2012) e Carvalho (2012), revelam que a profissão docente no país está imersa em um quadro problemático de desvalorização econômica e social.

Nesse contexto, a situação do professor que atua na educação infantil, foco deste artigo, parece ainda mais preocupante. Nas menções que retratam a realidade remuneratória desse profissional no país, os estudos constatarem os piores rendimentos salariais, inclusive em comparação aos outros professores das etapas da educação básica, sendo esses últimos já reconhecidamente desvalorizados em termos remuneratórios frente a outros profissionais com equivalente ou até mesmo inferior nível formativo (ALVES; PINTO, 2011b; ROSEMBERG, 2003; VIEIRA; OLIVEIRA, 2013). Apesar dessa constatação dos baixos salários do professor da educação infantil, em comparação a outros professores da educação básica, o trabalho docente nessa etapa de ensino ainda é pouco tratado academicamente, conforme afirmam Vieira e Souza (2010):

Embora exista uma produção acadêmica relativamente abundante sobre as condições de trabalho e emprego dos trabalhadores em educação no ensino fundamental e médio, pouco se sabe sobre as condições de trabalho em instituições de Educação Infantil, sobretudo porque nesta etapa da educação básica há uma grande variedade de situações e instituições que respondem pelo atendimento tanto público quanto privado (VIEIRA; SOUZA, 2010; p. 121).

Essa constatação do parco tratamento na literatura do trabalho em creches e pré-escolas (VIEIRA; SOUZA, 2010) é usada como justificativa para a sistematização proposta nesse artigo, que consiste em mapear as produções, ou reflexões, tocantes ao financiamento educacional e a valorização do professor da educação infantil nas últimas cinco edições da reunião nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e nas últimas duas edições dos Encontros da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca)<sup>4</sup>.

Com essas considerações, o texto no primeiro momento apresenta uma breve contextualização da representatividade da ANPEd e da Fineduca no campo de produções acadêmicas na área da Educação. Em seguida, apresenta as opções teóricas e metodológicas dos estudos apresentados da 33<sup>a</sup> a 37<sup>a</sup> Reunião da ANPEd em três Grupos de Trabalho (GTs) – Estado e Política Educacional (GT5); Educação de Crianças de 0 a 6 anos (GT7) e Trabalho e Educação (GT9) – e os trabalhos publicados nos dois últimos anais dos Encontros da Fineduca, com destaque para a abordagem dos aspectos da valorização e do financiamento educacional na etapa da educação infantil. Por fim, são apontadas algumas considerações acerca da presença do tema nesses espaços institucionais.

---

4 O I Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – Fineduca não gerou Anais.

## 2 Representatividade da ANPEd e da Fineduca na pesquisa em Educação

A ANPEd, criada no ano 1978, é uma organização sem fins lucrativos que reúne docentes e discentes vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, bem como pesquisadores que atuam nesta área. Souza e Bianchetti (2007), em um texto que marca 30 anos de existência da ANPEd e incorpora depoimentos de pesquisadores importantes na área da pesquisa em educação – como Bernardete Angelina Gatti, Carlos Roberto Jamil Cury, Maria Malta Campos, dentre outros –, demarcam a presença da entidade no desenvolvimento da pesquisa no país:

A ANPEd, como fórum de debates e divulgação do que se realiza na pós-graduação, além de promover a interlocução entre pesquisadores, é reconhecida como espaço de qualificação das produções acadêmicas, por meio do Comitê Científico, dos grupos de trabalho, do Fórum de Coordenadores, das reuniões anuais, espaços estes de exposição e diálogo sobre as pesquisas e a formação realizadas em todo o Brasil (SOUZA; BIANCHETTI, 2007, p. 394).

Justifica-se, então, o presente trabalho ter sido elaborado à base de artigos apresentados nas reuniões nacionais da ANPEd, sendo essa uma das fontes de levantamento bibliográfico sobre o financiamento educacional e a valorização do professor da educação infantil, já que a mesma se constitui referência institucional no fomento e promoção da pesquisa educacional no país (FERRARO, 2005).

Por seu turno, a opção pelo levantamento das produções nos encontros da Fineduca, criada no ano de 2011, obviamente se faz pela centralidade dada pela associação de pesquisa à temática do financiamento educacional. O foco da Fineduca ao informar em seu estatuto que um de seus objetivos é “contribuir para que os poderes públicos garantam a realização do direito à educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade para todos, mediante um financiamento adequado, com a garantia de fiscalização e controle social” e contempla os estudos que já vinham sendo desenvolvidos e intensificados, desde a década de 1990, em decorrência da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), no ano de 1996. Nesse sentido, não deixando de reconhecer a existência de estudos anteriores sobre o financiamento educacional, a Fineduca concretiza um anseio importante, e já anunciado em “Conversas sobre Financiamento da Educação no Brasil” por pesquisadores como Romualdo Portela de Oliveira (2006) e Luiz Fernandes Dourado (2006), de constituição de uma rede de pesquisadores para disseminação, avanço e conso-

lidação de pesquisas na área do financiamento educacional (GOUVEIA; SOUZA; TAVARES, 2006). Nessa perspectiva, reconhecendo a criação recente da Fineduca, mas já destacando na figura da associação uma possibilidade de congregação dos pesquisadores e dos estudos sobre financiamento da educação, o presente estudo recorre às produções apresentadas durante os dois últimos encontros da associação para refletir sobre a produção de conhecimento na área de financiamento educacional e a valorização docente, especificamente na educação infantil.

### **3 Reflexões da valorização docente e financiamento educacional na educação infantil postas nas Reuniões Anuais da ANPEd (2010–2015) e nos Encontros da Fineduca (2014–2015)**

O levantamento desses trabalhos foi realizado nos meses de julho e de agosto de 2015, tendo como referência, em uma primeira etapa, o título dessas publicações e a presença das seguintes palavras-chave: educação infantil, educação municipal, financiamento, valorização, professor, políticas públicas, remuneração, Fundef e Fundeb. No endereço eletrônico da ANPEd foram encontradas 96 correspondências com as palavras-chave num total de 270 produções<sup>5</sup>, distribuídas nos três GTs, das últimas cinco edições das Reuniões Anuais da ANPEd. Reconheceu-se que se fazia necessário investir no refinamento da busca, já que, ao acessar os trabalhos apenas pelas palavras-chave, era possível observar que muitos deles não eram compatíveis com o objeto de pesquisa visado nesse estudo. Desse modo, lançou-se mão em um segundo momento da leitura dos títulos dos artigos aprovados na ANPEd, chegando-se a uma amostra de 22 trabalhos. Por fim, todos os resumos dos 22 trabalhos relacionados foram lidos, a fim de tornar o processo de busca ainda mais acurado, para se chegar de fato às produções relacionadas à temática de valorização docente e financiamento na educação infantil. Alcançou-se ao final desse processo de busca o acesso a sete trabalhos, os quais foram lidos na íntegra e serão analisados neste artigo.

No caso da busca das produções apresentadas nos II e III Encontros da Fineduca (2014–2015), fez-se o mesmo percurso metodológico, porém em data posterior, no mês de maio de 2016. Num total de 117 trabalhos publicados nos Anais do evento, 25 na primeira edição e 92 na segunda, buscou-se primeiramente nas produções a presença, nos títulos, das mesmas palavras-chave utilizadas para a

---

5 Dentre os 270 trabalhos apresentados nas edições da 33ª a 37ª Reunião da ANPEd, foram encontrados 13 trabalhos em situação de excedência, provenientes da última edição que ocorreu entre os dias 4 e 8 de outubro de 2015.

seleção de artigos das Reuniões da ANPED, chegando-se inicialmente a 65 artigos. No segundo momento, com a leitura dos títulos dos 65 artigos, selecionou-se 21 artigos que apresentavam títulos relativos à valorização do professor e ao financiamento educacional. Por fim, após a leitura dos resumos chegou-se a três produções científicas focadas ou que ao menos exibiram dados da problemática da valorização docente e financiamento educacional na educação infantil.

Para melhor visualização do caráter desses artigos apresentados, em cada edição das Reuniões Anuais da ANPED e nos Encontros da Fineduca, expomos algumas informações no Quadro. Em seguida é apresentada na Tabela a proporcionalidade desses trabalhos cuja temática se voltasse para a valorização docente e financiamento na educação infantil em comparação ao total de trabalhos apresentados em cada edição da ANPED, considerando-se os três GTs nos quais os artigos foram selecionados, assim como as publicações da Fineduca nos dois últimos encontros promovidos pela Associação.

**Quadro** – Produções sobre valorização docente e financiamento na educação infantil nas Reuniões Anuais da ANPED (2010–2015) e nos Encontros da Fineduca (2014–2015)

Reunião anual/Ano	Título	Autor/Instituição	GTs
33ª/2010	“Políticas públicas universalistas e residualistas: os desafios da educação infantil”	Patrícia Corsino – UFRJ Maria Fernanda Rezende Nunes – Unirio	7
	“O trabalho docente no contexto de expansão da educação infantil pública em Belo Horizonte”	Mércia de Figueiredo Noronha Pinto – UFMG	9
34ª/2011	“Análise das características do trabalho e da remuneração docente no Brasil a partir das bases de dados demográficas e educacionais”	Thiago Alves – USP José Marcelino de Rezende Pinto – USP	5
	“Políticas públicas municipais de educação infantil: um balanço da década”	Maria Fernanda Rezende Nunes – Unirio Patrícia Corsino – UFRJ Sonia Kramer – PUC-Rio	7
37ª/2015	“Professoras de educação infantil: uma análise da configuração da docência no contexto catarinense”	Márcia Buss-Simão – PPGE-Unisul	7
	“A gestão da educação infantil em 12 municípios paulistas e algumas relações com sua qualidade”	Bianca Correa – FFCLRP-USP	7
	“O trabalho docente e seu processo de intensificação: um estudo de caso”	Sue Elen Lievore – NEPE/UFES	9
Encontros da Fineduca	Título	Autor/Instituição	
III/2015	“Jornadas de trabalho e salários na educação infantil: análise de uma microrregião no estado de São Paulo”	Julia Neves Teixeira de Castro e Bianca Correa – FFCLRP-USP	-

Reunião anual/Ano	Título	Autor/Instituição	GTs
III/2015	“Os profissionais da educação dos Centros de Educação Infantil (Ceinfs) em tempos de gestão compartilhada no município de Campo Grande/MS”	Brigete Madalena Gubert Nascimento; Solange Jarcem Fernandes e Asheley Godoy Delmondes – UFMS	-
III/2015	“A operacionalização do Fundeb no contexto do financiamento público da educação em Belo Horizonte”	Vera Lúcia Ferreira Alves de Brito; André Duarte Ricardo Barbosa; Emeli Malaquias do Nascimento e Franceline Rodrigues Silva – UEMG	-

**Fonte:** Elaboração própria a partir das publicações no site das Reuniões da ANPEd (2010–2015) e dos Anais dos Encontros da Fineduca (2014–2015).

**Tabela – Síntese do quantitativo e percentual de produções sobre valorização docente e financiamento na educação infantil nas Reuniões Anuais da ANPEd (2010–2015) e nos encontros da Fineduca (2014–2015)**

Reunião da ANPEd	Total de trabalhos	Valorização docente/Financiamento na educação infantil	%
33 <sup>a</sup>	48	2	4,2
34 <sup>a</sup>	54	2	3,7
35 <sup>a</sup>	50	0	0
36 <sup>a</sup>	39	0	0
37 <sup>a</sup>	79	3	3,8
TOTAL	270	7	2,5

  

Encontros da Fineduca	Total de trabalhos	Valorização docente/Financiamento na educação infantil	%
II/2014	25	0	0
III/2015	92	3	3,2
TOTAL	117	3	2,5

**Fonte:** Elaboração própria a partir das publicações no site das Reuniões da ANPEd (2010–2015) ) e dos Anais dos Encontros da Fineduca (2014–2015).

Em um universo de 270 trabalhos apresentados nos GTs 5, 7 e 9 no período demarcado para esse estudo, apenas 2,5% (sete) das produções se detiveram sobre a temática da valorização docente e/ou do financiamento na etapa da educação infantil, enquanto na Fineduca, dentre 117 artigos apresentados nos dois encontros, somente 2,5% (três) concentraram-se sobre essa problemática. Esse resultado nos leva a crer, tendo em vista a representatividade da ANPEd e da Fineduca para a divulgação das pesquisas na área da educação, na necessidade de se avançar na exploração do campo de pesquisa de valorização do trabalho docente e financiamento na educação infantil, assim como já alertam Vieira e Souza (2010) em estudo já citado.

Na busca de trabalhos pelos GTs, na 33ª edição da Reunião da ANPED encontramos dois artigos já citados no Quadro: “Políticas Públicas Universalistas e Residualistas: os desafios da educação infantil” (GT7) e “O trabalho docente no contexto de expansão da Educação Infantil pública em Belo Horizonte” (GT9). O primeiro artigo tem como foco de estudo os desafios da inserção da etapa da educação infantil – creches e pré-escolas – no setor educacional (BRASIL, 1996). Como ferramentas metodológicas, as autoras lançam mão da revisão bibliográfica e de entrevistas com representantes das secretarias municipais de educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais (Undime), conselhos, universidades, Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP), creches comunitárias, dentre outros (CORSINO; NUNES, 2010). Antes da inserção da educação infantil no campo das políticas educacionais, que de fato significou um avanço, é descrito um panorama um tanto quanto precário, inicialmente, da oferta das creches e pré-escolas no país. Muitas das instituições funcionavam sem a tutela estatal, sustentando o atendimento a primeira infância até mesmo em domicílios e com trabalho voluntário, financiadas com recursos de convênios ou mesmo das próprias comunidades. Muitos dos profissionais atuantes não possuíam habilitação para o exercício do magistério. Nesse ponto, embasando-se nos dados do relatório “As desigualdades na escolarização no Brasil” (BRASIL, 2009), Corsino e Nunes (2010) defendem que a expansão do atendimento à educação infantil não pode prescindir da oferta com qualidade, ficando a qualidade educacional do país ameaçada nessa etapa por inúmeros fatores, dentre eles: desvalorização da profissão docente – rendimento mensal médio de professores, 30h semanais, com nível superior em exercício na educação infantil em 2008 era de R\$1.093,94; formação inadequada de docentes – 22,9% de professores sem magistério ou licenciatura, em 2008. Ademais, o que se põe como ameaça à qualidade da educação infantil é a precarização da função docente, já que ainda em meio a uma diversidade na oferta, com destaque para as creches:

[...] continuam contratando auxiliares, agentes, recreadores, crecheiras, entre outras designações dadas ao profissional que exerce função docente nas creches sem o reconhecimento desta função, sem a remuneração de professores e, em muitos casos, sem a formação mínima exigida por lei. Estes cargos destituem os docentes da creche do lugar de professor, criando categorias e carreiras paralelas, e enfraquecendo a profissionalização docente neste segmento (CORSINO; NUNES, 2010, p. 13).

Por sua vez, o artigo produzido por Pinto (2010), um estudo de caso, focaliza a análise do trabalho docente na Rede Municipal de Educação de Belo Hori-

zonte (RME/BH) nas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs) e as implicações do cargo de educador infantil para as condições de trabalho docente. A partir da criação do cargo de educador infantil no ano de 2003 no município, constata-se um marco para a ampliação das vagas dessa etapa de ensino. Entretanto, o novo cargo significou do mesmo modo um processo de intensificação e de precarização das condições de trabalho dos docentes na educação infantil, já que a esses professores, desde o início, foi atribuído uma carreira diferenciada e um salário inferior em comparação aos outros professores do ensino fundamental da Rede. Além disso, em síntese, nas considerações finais, Pinto (2010, p. 14), aludindo a uma realidade mais ampla da docência na educação infantil que a da RME/BH, expressa que “no que tange às profissionais docentes, principalmente as que trabalham com as crianças mais novas, observam-se elementos comuns como baixos salários, más condições de trabalho e formação e reduzidas perspectivas de carreira”.

Em uma perspectiva mais ampliada, Alves e Pinto (2011a), em trabalho aprovado na 34ª edição da ANPEd, não focam exclusivamente no trabalho docente na educação infantil, mas apresentam dados sobre o perfil do professorado no Brasil em todas as etapas da educação básica. Os autores ressaltam a centralidade atual do professor nos programas e sistemas de ensino, em um contexto em que muito lhe é exigido, mas que pouco lhe é dado, em termos de reconhecimento social e econômico. Nesse sentido, os autores, para o desenvolvimento da análise, lançam mão das bases de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Censo Escolar no ano de 2009, a fim de traçar algumas características do trabalho docente no país e, além disso, comparar a remuneração do professor a outros profissionais com mesmo ou até inferior nível formativo. Assim como outro estudo anterior (GATTI; BARRETO, 2009), os autores confirmam que o professor da educação básica percebe remuneração bem inferior comparada a outros profissionais com nível formativo equivalente e em alguns casos até mesmo em relação a outros profissionais com nível formativo inferior. Em tabela elaborada a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do ano de 2009, PNAD (2009), os autores expõem um *ranking* socioeconômico dos profissionais enquadrados na área de ciências e artes (ALVES; PINTO, 2011a). Entre 32 ocupações, o professor da educação básica se encontra na 27ª posição, bem abaixo no *ranking* de profissões já reconhecidas social e economicamente como, médico, advogado, arquiteto, dentre outras. Tal constatação da baixa remuneração do professor é nociva ao sistema educacional, pois traz consigo outros agravantes ao campo, resvalando na qualidade educacional, na atratividade da car-

reira da profissão docente, no financiamento do sistema de ensino, na valorização social e econômica do professor, dentre outros (ALVES; PINTO, 2011a). E não perdendo de vista o objeto de pesquisa desse artigo, cabe dizer que esse resultado torna-se ainda mais alarmante quando se adentra na leitura da realidade remuneratória da educação infantil, pois como ressaltam Alves e Pinto (2011b, p. 15):

Considerando as diferentes etapas de atuação, constata-se que quanto mais jovem o estudante, menor é o rendimento do seu professor, em concordância com Sampaio et al. (2002) e Gatti e Barreto (2009). Considerando que parte dos professores que atuam na educação infantil possui formação em nível médio, observa-se que seus salários são inclusive abaixo do Piso Salarial (R\$ 950) para uma jornada de 40 horas definido pela Lei nº 11.738 em 2008.

Em uma abrangência maior de profissões na análise, 62 no total, o rendimento financeiro médio mensal do professor da educação infantil ainda piora, havendo diferenciações entre o professor que detém nível superior e nível médio. O professor da educação com formação em nível superior se encontra na 48ª posição na tabela e o docente com nível formativo em nível médio na penúltima colocação, 61º lugar, apenas acima do agente de saúde e meio ambiente (ALVES; PINTO, 2011a).

Um último artigo selecionado na 34ª edição da ANPED foi apresentado por Sônia Kramer em coautoria com Patrícia Corsino e Maria Fernanda Rezende Nunes (destaca-se que as duas últimas autoras já foram citadas nesse artigo, com trabalho na área de políticas públicas, apresentado na 33ª edição da ANPED). Em “Políticas públicas municipais da educação infantil: um balanço da década”, as autoras debruçam-se sobre a educação infantil e a formação de professores de municípios de um estado localizado na região Sudeste. A pesquisa é longitudinal, sendo realizado um mapeamento dos municípios do ponto de vista da gestão da educação infantil num espaço de tempo de 10 anos, comparando-se os dados do primeiro e último ano da série histórica, 1999 e 2009. A análise de dados atenta-se a aspectos da política municipal voltada à educação infantil, como: organização dos sistemas de ensino, cobertura do atendimento, formação, carreira e ingresso dos profissionais do magistério. As autoras lançam mão da coleta de dados de questionários autoaplicáveis preenchidos pelos responsáveis pela gestão da educação infantil nos municípios. Além disso, são utilizados como instrumentos de coleta diários de campo e relatórios. A base de dados é elaborada a partir do programa estatístico SPSS. De acordo com as pesquisadoras, a opção pela técnica quantitativa se fez necessária em vista do objetivo do estudo que foi analisar as tendências e ocorrências levantadas nos questionários e observações.

Os dados relativos à formação em serviço despertam interesse à medida que revelam que os municípios vêm investindo na formação também de auxiliares. O que nos leva a supor que o auxiliar, na sala da educação infantil, pode ser alguém que executa a função de auxiliar do professor, ou alguém que realmente assuma a docência. Essa segunda hipótese é preocupante já que ao atentarmos para os dados fornecidos pelo estudo quanto ao nível formativo para ingresso do professor na educação infantil nos municípios tanto em 1999 quanto em 2009, as respostas variam do nível médio ao nível superior de ensino, enquanto que o pré-requisito formativo para o auxiliar da educação infantil, o maior percentual formativo no ano de 2009 se encontra ainda no ensino fundamental, seguido por ensino médio normal e estudos adicionais. Em relação à carreira dos docentes da educação infantil, ainda em 2009, 23,7% dos municípios alegaram estar elaborando os seus planos de carreira ou que os mesmos estavam em processo de regulamentação (NUNES et al., 2011). Nesse ponto houve avanços, já que em 1999 apenas 50% dos municípios detinham plano de carreira docente, melhora que as autoras anunciam num contexto de aprovação da Lei nº 11.738/08, legislação que dispõe sobre o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os profissionais do magistério público da educação básica e, além disso, determina um prazo até o ano de 2009 para que todos os estados e municípios do país elaborem seus planos de carreira (BRASIL, 2008; NUNES et al., 2011).

Nas 35ª e 36ª Reunião da ANPEd não foi selecionado nenhum trabalho cuja abordagem apresentasse contribuições para a temática da valorização docente e/ou financiamento da educação infantil.

Em 2015, primeiro ano em que a Reunião da ANPEd abandona sua periodicidade anual, passando a partir daí a ter a ocorrência de suas edições de dois em dois anos, selecionamos três trabalhos, estando um deles caracterizado como excedente.

A comunicação “Professoras de educação infantil: uma análise da configuração da docência no contexto catarinense”, de autoria de Márcia Buss-Simão (2015) é oriunda de uma pesquisa que trata das configurações das redes municipais de ensino e da formação dos professores de Santa Catarina. Com os dados de 2011, obtidos na referida pesquisa sobre formação de professores em 2012, a partir de informações de questionários enviados a 20% do total 293 municípios catarinenses, a autora optou por realizar um recorte que evidencia aspectos profissionais como formação, plano de carreira, carga horária, piso salarial e jornada de trabalho. A tabulação dos dados foi feita a partir do programa estatístico SPSS e utilizou-se a estatística descritiva para obtenção de informações

como: frequência, média, desvio padrão, dentre outras (BUSS-SIMÃO, 2015). Com 32 municípios catarinenses respondentes ao questionário, com relação à formação do professorado da educação infantil, chega-se à informação de que em 2011 a grande maioria dos docentes tem formação em nível superior, sendo 73% e 81%, respectivamente, nas creches e pré-escolas (BUSS-SIMÃO, 2015). No nível médio, modalidade normal, formação mínima admitida desde 1996 na Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), 24% dos professores das creches e 16% das pré-escolas já detêm esse nível formativo. As atribuições do auxiliar da educação infantil na acepção de Buss-Simão (2015), assim como na de Nunes et al. (2011), soam como uma incógnita, já que nos municípios catarinenses pesquisados há uma heterogeneidade quanto à exigência mínima de formação para esses profissionais, em alguns municípios exige-se o ensino fundamental, chegando-se a aqueles que determinam para a atuação nessa função até o ensino superior. Ademais, percebe-se distinção na denominação da profissão de auxiliar nos 32 municípios pesquisadores (BUSS-SIMÃO, 2015). Com relação ao plano de carreira docente, dos 32 municípios investigados pela pesquisa, apenas quatro ainda estão em processo de elaboração ou regulamentação dos planos. A autora, assim como Nunes et al. (2011), atribui esse avanço na carreira docente à vigência da Lei nº 11.738/2008 (BRASIL, 2008). Nos municípios catarinenses, o vínculo empregatício dos professores e auxiliares da educação infantil varia entre regime celetista, estatutário e contrato temporário. Nas considerações finais, Buss-Simão (2015) expõe, no contexto da educação infantil catarinense, a instauração de uma contradição que acaba desvalorizando a categoria profissional, isto é, a presença de duas figuras na sala de aula – o professor e o auxiliar da educação infantil – exercendo a docência compartilhada.

Correa (2015), assim como Buss-Simão (2015), apresenta, no artigo “A gestão da educação infantil em 12 municípios paulistas e algumas relações com a sua qualidade”, submetido na 37ª Reunião da ANPEd, os resultados preliminares de pesquisa que vinha sendo realizada desde o ano de 2013. A autora analisa a organização da gestão na educação infantil em 12 municípios paulistas, buscando apreender as interferências do modo de gestão municipal na qualidade educacional. Para o desenvolvimento da investigação, a pesquisadora lançou mão de questionários, a fim de conhecer o funcionamento das secretarias municipais, departamentos educacionais e das unidades educativas de educação infantil, ademais, utiliza como fontes os estatutos do magistério e planos de carreira. Assim como nos municípios catarinenses (BUSS-SIMÃO, 2015), em um estado da região

Sudeste (NUNES et al., 2011) ou em investigação de Corsino e Nunes (2010), a função de auxiliar da educação infantil aparece quando Correa (2015) problematiza a contratação de profissionais não professores para a lida com as crianças de 0 a 5 anos na realidade dos municípios paulistas. Nesses 12 municípios, observa-se para as distintas jornadas de trabalhos salários-base diferenciados para o diretor, para o professor da educação infantil e para o auxiliar, sofrendo os valores um decréscimo da primeira para a última profissão, respectivamente. Quanto ao financiamento educacional, tendo como referência São Paulo que detém uma das maiores riquezas do país e, ainda assim, apresenta fragilidades constatadas através dos municípios analisados no estudo, Correa (2015) afirma a necessidade de maior investimento financeiro na área da educação infantil.

Finalmente, em “O trabalho docente e seu processo de intensificação: um estudo de caso”, Lievore (2015) exprime alguns dos dados de pesquisa de mesurado que teve por objetivo analisar a implantação de políticas públicas em um município e as implicações dessas políticas para as condições do trabalho docente nessa capital brasileira. Do ponto de vista metodológico, no estudo foram consultados dados coletados de um *survey*, observando-se só as informações relativas a essa capital. Além disso, foram feitos grupos focais e entrevistas com professores e técnicos no ano de 2013, cruzando-se os dados alcançados. A autora elucida um contexto mais amplo de reformas dos anos de 1990 que atinge a gestão educacional. Lievore (2015) cita o Consenso de Washington, a LDB e o Fundef como ocorrências imbricadas que guardam em si consonância com uma lógica internacional que prevê a descentralização, a eficiência e a eficácia em todo o sistema e em todas as ações. Ou seja, a reforma educacional se encontra respaldada e aliada a uma lógica gerencial que afeta diretamente o trabalho docente. Em relação à carreira docente do professor da educação infantil os dados revelam que 34,07% dos professores da capital pesquisada têm contrato temporário. Ao tratar dessa condição, Lievore (2015) problematiza uma situação de flexibilidade na carreira enfrentada pelos professores da educação infantil:

[...] é importante observar a presença da figura “educador infantil” que passou a existir nas últimas décadas em função dos novos refinamentos administrativos que apareceram a partir da lógica de flexibilização da condição trabalhista. Assim, podemos observar o surgimento de uma nova categoria de trabalhadores na Educação Infantil, contratados com uma condição apartada dos professores, com sindicatos e relação trabalhista diferenciados (CÓCO, 2010).

Coerente com esses primeiros números da carreira docente, há 21,67% de professores com vínculo temporário (LIEVORE, 2015). Surpreende também que

apenas 59,44% dos professores da educação infantil desse município contam com plano de carreira. Mais de 60% dos professores da educação infantil desse município possuem pós-graduação e 58,91% dos trabalhadores docentes dessa etapa se encontram insatisfeitos com seu rendimento salarial. As últimas considerações de Lievore (2015) apontam para um quadro de precarização e intensificação do trabalho docente no município estudado.

Por sua vez, focando-se nas produções apresentadas nos encontros da Fine-duca, nos anais de 2015, encontraram-se três trabalhos oriundos da terceira edição do evento que, de alguma forma, se detiveram a problemática da valorização docente e/ou do financiamento na educação infantil. O primeiro trabalho, intitulado “Jornadas de trabalho e salários na educação infantil: análise de uma microrregião no estado de São Paulo”, de autoria dupla, traz novamente Bianca Correa, pesquisadora com trabalho já detalhado no presente artigo na 37ª edição da ANPED. Júlia Neves Teixeira de Castro e Bianca Correa analisam os salários e jornadas de trabalho de professores, auxiliares e diretores da educação infantil em 12 municípios da microrregião de Ribeirão Preto, em São Paulo. Apesar de reconhecerem os avanços conquistados pela educação infantil no campo legal nos últimos anos, Castro e Correa (2015, p. 1045) entendem que “[...] a EI ainda é marcada por um baixo padrão de financiamento, o que tem redundado em formas ‘alternativas’ de contratação de pessoal bem como em falta de vagas, sobretudo para crianças até três anos de idade [...]”.

Através de levantamento de dados com a aplicação de questionários, as autoras constataram que todos os 12 municípios pesquisados possuem plano de carreira, sendo que em três deles, houve a aprovação deste instrumento de valorização profissional após a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional, Lei nº 11.738/2008. Adentrando os aspectos da remuneração e da jornada de trabalho, respaldadas em pesquisadores como José Marcelino Pinto, Livia Maria Fraga e Ilda Salvino de Lira, as autoras compreendem a remuneração dos professores como sendo um elemento fulcral para atrair professores para a docência, bem como para elevar o *status* social da profissão. Na apresentação de dados de cinco dos 12 municípios estudados na microrregião de Ribeirão Preto, todos apresentaram uma jornada de trabalho de 30 horas semanais e a remuneração, por sua vez, variava de mil a três mil reais. As autoras ainda destacam uma diferenciação na remuneração dos diretores, dos professores e auxiliares nessa microrregião. Enquanto em três dos cinco municípios da microrregião de Ribeirão Preto, os professores percebem entre mil e dois mil reais, no caso dos diretores, a maioria, em cinco dos seis municípios apresentados, recebem mais de dois mil reais. Em relação à função de auxiliar,

Castro e Correia ressaltam que, em muitos casos, esses profissionais têm formação inferior à dos professores da educação infantil.

“Os profissionais da educação dos Centros de Educação Infantil (Ceinfs) em tempos de gestão compartilhada no município de Campo Grande/MS” (NASCIMENTO et al., 2015), segundo trabalho selecionado no III Encontro da Fineduca, tem como objetivo a análise do processo de gestão compartilhada envolvendo a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria de Assistência Social na oferta da educação infantil nos Centros de Educação Infantil (Ceinfs) até o ano de 2014, buscando compreender os reflexos desse tipo de gestão na formação e no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos profissionais que atuam nesses Centros. Nascimento et al. (2015) ressaltam e problematizam que, mesmo com o reconhecimento da educação infantil como primeira etapa da educação básica na LDB por mais 18 anos, ou seja, até o ano de 2014, ela, no município de Campo Grande, ficou ainda no encargo compartilhado do setor da educação e da assistência social. Com relação ao instrumento do PCCR, os profissionais efetivos do município o possuem desde 1998, sendo prevista em seu texto a progressão na carreira, assim como o ingresso por concurso público. Todavia, no quadro de profissionais do magistério do município, há docentes contratados que, portanto, não são contemplados pelo plano de carreira. Os profissionais que trabalham na função de recreador, auxiliando os professores em um turno, também não são contemplados pelo PCCR. Segundo Nascimento et al. (2015), esses profissionais, além de auxiliarem os professores em um turno, assumem no contraturno a responsabilidade pelas atividades de cuidado e educação das crianças, ferindo, pois, a legislação, já que esses profissionais não poderiam estar à frente da execução das atividades pedagógicas que seriam restritas aos professores. Os dados apresentados pelas autoras ainda indicam que por volta de 60% dos recreadores possuem apenas formação no ensino fundamental e médio.

Por fim, o último trabalho identificado nos Anais do III Encontro da Fineduca que reflete de algum modo sobre a valorização do professor da educação infantil e/ou financiamento educacional nessa etapa é intitulado “A operacionalização do Fundeb no contexto do financiamento público da educação em Belo Horizonte”. Brito et al. (2015), apesar de não trazerem nenhuma menção a valorização docente ou ao financiamento educacional na primeira etapa da educação básica no título do trabalho, logo no resumo do artigo apresentam o dado da fragmentação da carreira e da não isonomia do vencimento básico do professor que atua no ensino fundamental e do professor da educação infantil em Belo Horizonte. Isto é, enquanto o professor da educação infantil progride do nível 1 ao 15, o professor

municipal, que atua no ensino fundamental, progride do nível 10 ao 24. Os autores partem do pressuposto de que o município de Belo Horizonte no período estudado, 2007 a 2013, recebe mais recursos financeiros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do que deposita para a composição do Fundo. Nesse sentido os autores traçam como objetivo do artigo a análise dos efeitos da operacionalização do Fundeb na política educacional em Belo Horizonte no que se refere especificamente aos seguintes aspectos: o movimento de matrícula, o processo de municipalização do ensino e a configuração dessa política de fundos na remuneração dos professores. Ao analisarem a evolução das receitas tributária e corrente, seguida pela reflexão sobre a contribuição financeira do município, assim como sobre os valores recebidos pelo município de Belo Horizonte do Fundo, os autores constatam que, no período histórico estudado, o município mais recebe do Fundo do que contribui para a sua composição. Os autores destacam ainda que, apesar desse cenário positivo do município de Belo Horizonte de obtenção de recursos para investimento na educação, na análise exposta no terceiro subtítulo que se debruça sobre a Remuneração dos professores no contexto do Fundeb e do PSPN em Belo Horizonte, o vencimento básico inicial e final do professor em comparação ao valor da Cesta Básica de Alimentos (CBA) e do Salário Mínimo Nominal (SMN) permanece estável ou praticamente inalterável. Essa constatação leva à compreensão de que o poder de compra do professor em Belo Horizonte também permaneceu estável com o passar dos anos. Todavia, com a segmentação da carreira do professor da educação infantil e do professor do ensino fundamental, evidentemente há uma diferenciação no poder de compra dos dois cargos comparando-se o vencimento inicial e final com os indicadores da CBA e do SMN. Tendo por base, por exemplo, o indicador de SMN, os autores observam que, se por um lado o Professor Municipal no nível 10, nível inicial da carreira, percebe um vencimento básico comparável a três salários mínimos, o professor para a educação infantil percebe um vencimento estável na faixa de dois salários mínimos no nível inicial da sua carreira, ou seja, no nível 1. Essa análise do vencimento como elemento da valorização profissional, ao ser contraposto com os valores da CBA e com o SMN, permite, portanto que Brito et al. (2015) demonstrem na análise que, mesmo apesar da observação da estabilidade do poder de compra dos professores, o professor para a educação infantil se encontra em desvantagem nesse aspecto, devido à inferioridade do seu vencimento básico em relação ao cargo de professor municipal e, para além disso, que há uma defasagem de reajuste dos vencimento básico da carreira docente em Belo Horizonte, em relação ao PSPN.

## 4 Considerações finais

A representatividade da ANPEd no campo de fortalecimento e promoção da pesquisa na área da educação é inegável. Assim como a recente constituição da Fineduca significa um passo importante na produção e disseminação do conhecimento na área do financiamento da educação. Nesse sentido, o rastreamento das produções relativas à valorização docente e/ou financiamento na educação infantil nesses dois espaços institucionais de congregação de pesquisas acadêmicas, se fez uma experiência importante no exercício preliminar de revisão da produção de conhecimento na área (ALVES, 1992; LUNA, 2009). Muitas indagações sobre a problemática do trabalho docente na educação infantil e a valorização ou não desses profissionais no contexto da política de financiamento educacional ainda não foram respondidas. Adiciona-se a essas indagações o questionamento acerca do lugar que ocupam as produções sobre o financiamento da educação infantil e da valorização do professor atuante nessa etapa na comunidade científica. Será um lugar marginal ou as poucas produções encontradas refletem uma preocupação emergente com a educação infantil, tendo em vista a sua recente inserção no campo da educação? Apesar dos poucos trabalhos identificados, algumas pistas surgem a partir da análise das sete produções encontradas nas últimas Reuniões da ANPEd, nos já citados três grupos de trabalho, e dos três trabalhos publicados nos anais do III Encontro da Fineduca:

1º) A presença da figura do auxiliar de educação infantil em alguns municípios do país, desempenhando funções características e compartilhadas a docência na educação infantil e com condições de trabalho mais precárias ainda do que o professor, em termos de salário-base, carreira, formação e jornada de trabalho.

2º) Os professores da educação infantil em comparação a outros professores atuantes em outras etapas da educação básica são os que percebem os piores rendimentos salariais, embora tenham avançado em sua formação inicial. Além disso, mesmo em comparação a outros profissionais com mesmo ou até nível inferior de formação, os professores atuantes na primeira etapa da educação básica ainda se mantêm percebendo os piores salários.

3º) Não há o reconhecimento da natureza e das especificidades do trabalho desempenhado pelo professor da educação infantil e ainda há poucos trabalhos que focalizam as condições de trabalho sobre essa etapa de ensino.

4º) Uma possível relação entre a desvalorização do magistério das creches e pré-escolas é a ameaça da qualidade do ensino ofertado na primeira infância.

5º) Os avanços na legislação educacional tocante à educação infantil, a seus profissionais e ao financiamento dessa etapa de ensino a partir da Constituição Federal de 1988, contudo, os estudos ainda apontam para um baixo padrão de financiamento da primeira etapa da educação básica refletindo na insuficiência de oferta de vagas para as crianças e na pouca atratividade salarial e da carreira na educação infantil.

Diante dessas constatações elucidadas, identificam-se muitas lacunas no campo de investigação do financiamento da educação infantil e valorização profissional dos professores da primeira infância. Portanto, cabe dizer que, a partir desse breve levantamento, as pesquisas na área do trabalho docente na educação infantil merecem aprofundamento para ultrapassar generalizações e preencher muitas lacunas ainda existentes.

## Referências

ALVES, A. J. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. *CADERNOS DE PESQUISA*, São Paulo, v. 1, n. 81, p.53-60, maio 1992. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/990/999>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

ALVES, T.; PINTO, J. M. *Análise das características do trabalho e da remuneração docente no Brasil a partir das bases de dados demográficas e educacionais*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34., 2011; Natal, RN. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPED; 2011a.

\_\_\_\_\_. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. *CADERNOS DE PESQUISA*, São Paulo, v. 143, n. 41, p. 606-639, maio/ago. 2011b. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000200014>

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição Federal de 1988. *Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 28 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 31 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. *Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm)>. Acesso em: 01 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República, Observatório da Equidade. *As desigualdades na escolarização no Brasil*. Brasília, DF: Observatório da Equidade; 2009.

BRITO, V. L. F. A. de et al. A operacionalização do FUNDEB no Contexto do Financiamento Público da Educação em Belo Horizonte. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO - FINEDUCA, 3., 2015, Gramado, RS. *Políticas públicas de financiamento da educação: desafios e perspectivas nos planos educacionais: anais*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. p. 126-148. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B77mpzb0faqoZlIOU3NKT1pobGs/view>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

BUSS-SIMÃO, M. *Professoras de educação infantil: uma análise da configuração da docência no contexto catarinense*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 37., 2015; Florianópolis, SC. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPED; 2015.

CARVALHO, F. A. F. *Financiamento da Educação: do FUNDEF ao FUNDEB- repercussões da política de fundos na valorização docente da Rede Estadual de Ensino do Pará- 1996 a 2009*. 2012. 276f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CASTRO, J. N. T. de; CORREA, B. Jornadas de trabalho e salários na educação infantil: análise de uma microrregião no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO - FINEDUCA, 3., 2015, Gramado, RS. *Políticas públicas de financiamento da educação: desafios e perspectivas nos planos educacionais: anais*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. p. 1044-1056. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B77mpzb0faqoZlIOU3NKT1pobGs/view>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

CORREA, B. A gestão da educação infantil em 12 municípios paulistas e algumas relações com sua qualidade. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 37., 2015; Florianópolis, SC. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPED; 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.ANPed.org.br/trabalhos/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

CORSINO, P.; NUNES, M. F. R. Políticas públicas universalistas e residualistas: os desafios da educação infantil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010; Caxambu, MG. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPED; 2010. Disponível em: <<http://33reuniao.ANPed.org.br/internas/ver/trabalhos>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

FERRARO, A. R. A ANPED, a pós-graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área da Educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 30, p.47-69, set./dez. 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000300005>

GATTI, B. A. (coord.); BARRETO, E. S. de S. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília, DF: Unesco, 2009.

GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. de; TAVARES, T. M. (Org.). *Conversas sobre financiamento da educação no Brasil*. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

LIEVORE, S. E. O trabalho docente e seu processo de intensificação: um estudo de caso. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 37., 2015; Florianópolis, SC. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPED; 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.ANPed.org.br/trabalhos/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

LUNA, S. V. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: EDUC - Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. v. 1. NASCIMENTO, B. M. G.; FERNANDES, S. J.; DELMONDES, A. G. Os profissionais da educação dos Centros de Educação Infantil (CEINFs) em tempos de gestão compartilhada no município de Campo Grande / MS. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO - FINEDUCA, 3., 2015, Gramado, RS. *Políticas públicas de financiamento da educação: desafios e perspectivas nos planos educacionais: anais*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. p. 1176-1189. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B77mpzb0faqoZllOU3NKT1pobGs/view>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

NUNES, M. F. R.; CORSINO, P.; KRAMER, S. *Políticas públicas municipais de educação infantil: um balanço da década*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34., 2011; Natal, RN. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPED; 2011. Disponível em: <[http://34reuniao.ANPed.org.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=47&Itemid=59](http://34reuniao.ANPed.org.br/index.php?option=com_content&view=category&id=47&Itemid=59)>. Acesso em: 13 set. 2015.

PINTO, M. de F. N. *O trabalho docente no contexto de expansão da educação infantil pública em Belo Horizonte*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010; Caxambu, MG. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPED; 2010. Disponível em: <http://33reuniao.ANPed.org.br/internas/ver/trabalhos..> Acesso em: 13 set.. 2015.

ROSEMBERG, F. Panorama da educação infantil brasileira. In: SIMPÓSIO EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUINDO O PRESENTE, 2003, Brasília, DF. Brasília, DF: Unesco, 2003. p. 33-81.

SOUSA, S. Z.; BIANCHETTI, L. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: o protagonismo da ANPED. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. 389-546, set. 2007. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000300002> TEIXEIRA, L. A política de formação docente no Brasil: fundamentos teóricos e epistemológicos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32., 2009; Caxambu, MG. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPED; 2009

VIEIRA, L. F.; OLIVEIRA, T. G. As condições do trabalho docente na Educação Infantil no Brasil: alguns resultados de pesquisa (2002-2012). *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 46, p. 131-154, maio/ago. 2013.

\_\_\_\_\_; SOUZA, G. de. Trabalho e emprego na educação infantil no Brasil: segmentações e desigualdades. *Educar em Revista*, Curitiba, n. esp. 1, p. 119- 139, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/er/nspe\\_1/06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/er/nspe_1/06.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2015

**Submissão 1-08-2016**

**Aprovação: 19-05-2017**